

A Europa, da minha freguesia à globalização

A negociação do orçamento europeu para os próximos anos aponta para um decréscimo da despesa. Motivo: se os governos cortam despesa nos seus países, a Europa tem de fazer o mesmo. Mas está a ficar inegável que a solução para os problemas que sentimos por toda a Europa requer soluções europeias. Cortar nos orçamentos nacionais e reforçar o orçamento europeu faz parte da solução. A Europa tem de encontrar formas de ser sustentável no Mundo globalizado. E a solução ou é europeia ou não serve a ninguém, nem mesmo à exportadora Alemanha.



Cortar no orçamento comum, procurando os políticos ganhar eleições nacionais culpando a Europa e prometendo pagar menos para o orçamento comunitário só tem um resultado: o perigo do fim da União Europeia e dos próprios Estados nacionais. Em cima da mesa está a questão da Catalunha e da Escócia. A própria Bélgica arrasta-se como um país fantasma, com valões e flamengos de costas voltadas entre si. E as eleições em Itália elevaram a fasquia. Corremos o risco de ver o rico norte italiano a separar-se do sul pobre.

Portugal vive esta situação à sua peculiar maneira: a Madeira esbraceja mas sabe que não pode, neste contexto, substituir os apoios justificados pela insularidade do Continente pelos de Bruxelas, inviabilizando uma hipotética ideia de independência. O Algarve, apesar de estar afastado de importantes fundos comunitários, não tem coesão interna que lhe permita falar em Lisboa a uma só voz. Resta apenas uma região portuguesa que tem pouco acesso a fundos comunitários pelo seu elevado produto regional: Lisboa.

A necessidade de cortar despesa pública em Portugal e a já velha discussão da reforma do Estado, pode levar a cortes em todo o lado. Mas a região de Lisboa concentra cada vez mais população, serviços, poder e recursos públicos. É esta a organização regional que queremos? Lisboa capital e o resto é paisagem?

A rede de serviços públicos (tribunais, centros de saúde, escolas, etc.) carece de racionalização. Contudo, há questões prévias a fixar: ordenamento do território (políticas públicas de solos e de edificação) e desenho administrativo do território (regiões, municípios e freguesias). Se é para manter a lógica das cinco regiões plano do Continente, qualquer reestruturação do Estado (das direcções regionais aos estabelecimentos de ensino superior) terá de atender a essa malha administrativa. Se é para assumir outra organização, que assim se decida. Nada decidir, como se as forças invisíveis dos mercados pudessem servir aqui para algo, é mau caminho e fará de Lisboa capital de um país em que só há paisagem à sua volta, com uns quantos pontos como colónias do poder de Lisboa. Há futuro, mesmo para Lisboa num tal país?

* *Economista no CHBA, docente da Faculdade de Economia da UAIG*

<http://www.vialgarve.org>

Renato Pereira *

13:24 segunda-feira, 04 março 2013